

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2024.Vol11.N70.pp47-80>



**Márcia da Silveira Inglat**

Prefeitura Municipal de Curitiba - Escola Municipal Colombo. Mestre em Educação.

E-mail: [msinglat@gmail.com](mailto:msinglat@gmail.com); ID 0009-0002-6453 - ORCID

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

## Resumo

O presente artigo discorre sobre o histórico da alfabetização no Brasil, os desafios e as mudanças sociais, econômicas e políticas confrontadas pelo país ao longo dos séculos. No período colonial, a educação era privilégio da aristocracia com base na formação religiosa e política, principalmente por intervenções das ordens religiosas, como os jesuítas. A trajetória e as tentativas para organizar e reestruturar o sistema educacional.

*Palavras-chave:* Histórico da Alfabetização; Letramento; Lei de Diretrizes e Base da Educação.

# The Evolution of Literacy in Brazil: Challenges and Transformations throughout History

---

## Abstract

This article discusses the history of literacy in Brazil, the challenges and social, economic and political changes faced by the country over the centuries. In the colonial period, education was a privilege of the aristocracy based on religious and political training, mainly through interventions by religious orders, such as the Jesuits. The trajectory and attempts to organize and restructure the educational system.

*Keywords:* History of Literacy; Literacy; Education Guidelines and Base Law.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

## Introdução

Para Freire (1996, p.41): “a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem”. Sendo assim, a alfabetização pode ser compreendida como um fator relevante de modificação da relação com o mundo e consigo mesmo.

Em 1549, a Companhia de Jesus, sob comendo do Governador-Geral Tomé de Souza, chegou ao território brasileiro. Seu principal objetivo era converter os indígenas à fé católica, através de seminários em diversas regiões do país.

Os jesuítas deixaram um legado de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum. Entretanto o processo de colonização atuou como uma ferramenta de imposição cultural aos índios, exercendo o domínio sobre eles, por meio da Companhia de Jesus que a educação brasileira se desenvolveu, atendendo às necessidades da sociedade, dedicando-se a educar a elite também sendo responsável pela imposição da cultura europeia, disseminando pelos colégios e igrejas. (BORGES & SAMBUGARI, 2019, p. 12)

Essa educação jesuítica foi um marco na alfabetização do Brasil Colonial. Com a maioria da população sendo analfabeta, os jesuítas viram uma oportunidade de divulgar a religião e a cultura europeia, além de criar uma elite letrada. Assim, foi introduzido o chamado Ratio Studiorum, metodologia que visava sistematizar o ensino por meio de um currículo único, dividido em graus e atendendo às necessidades da época.

O plano de estudos era formado por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias (SAVIANI, 2021, p. 55)

Não se pode negar a importância da Companhia de Jesus nesse contexto, pois modelo marcou a organização do ensino, permanecendo por mais de 200 anos como os únicos educadores. Contudo, em 1826 a lei da criação das Escolas de Primeiras Letras direcionou o processo de alfabetização, favorecendo a organização do ensino primário vigente na época.

Tendo isso em vista, denota-se que a alfabetização passa por questões sociais, inferências políticas, econômicas e culturais, e é marcada como dispositivo da política educacional. Por isso, é premente contextualizá-la para que se possa compreendê-la enquanto processo histórico.

## Fundamentação teórica – Desenvolvimento

### 1.1 Das Escolas de Primeiras Letras até a Revolução de 1930

As Escolas de Primeiras Letras foram criadas em 15 de outubro de 1825, com a função de organizar a administração das cidades e exigindo a formação de pessoas com capacidades para assumir as diversas funções. É nesse cenário que as instituições de ensino se fizeram necessárias, ainda com a presença da Igreja, mas agora com abertura para o ensino leigo e com distinção na educação de meninos e meninas.

Saviani (2021, p. 126) discorre sobre:

Essa primeira lei de educação do Brasil independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados,

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava elementos que vieram a ser consagrados como conteúdo curricular fundamental da escola primária.

O objetivo dessas Escolas era que os professores ensinassem: a ler e escrever; a gramática da língua nacional; a realizar as operações aritméticas; a prática dos quebrados, decimais e proporções; noções de geometria prática; e os princípios de moral cristão e de doutrina da religião católica e apostólica romana. Conforme Bittencourt, (1993, p. 27): “Percebia-se sua preocupação com a disseminação da alfabetização e com o saber a ser veiculado pela escola, a nova instituição que se impunha como necessidade da vida civilizada”.

Contudo, inicialmente, o livro didático da época tinha como função a formação dos professores, que os utilizavam para a preparação de aula, além da garantia que o conteúdo fosse de acordo com os ditames do Império. Inclusive, o art. 9º da Lei das Escolas de Primeiras Letras (Lei de 15 de outubro de 1827) determinava que os professores só seriam nomeados para novas disciplinas se fossem aprovados em um exame realizado diante dos Presidentes em Conselho: “Os professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criarem, sem exame de aprovação”. Já o art. 4º enunciava que cabia aos professores, aos seus próprios custos, buscar a formação adequada para essa nova forma de ensino nas escolas das capitais, o método mútuo.

Apresentado por Andrew Bell (pastor da Igreja Anglicana) e Joseph Lancaster (da seita Quakers), o método mútuo consistia na memorização, na repetição e, principalmente, no ensino oral. Era organizado em um sistema de monitoramento, em que o professor ensinava as lições para alunos mais maduros, os quais eram divididos em grupos menores para ensinarem aos demais alunos. Segundo Saviani (2021, p. 128), o método se baseava no “aproveitamento dos alunos mais

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas”. Isso porque faltavam professores aptos para ensinar a massa.

Destaca-se que esses “alunos mais adiantados” eram considerados monitores, recebendo orientações de um único professor, e, posteriormente, transmitindo aos demais alunos. Também, eram encarregados pela organização geral da escola, limpeza e manutenção da ordem.

No quadro da educação brasileira, a Lei das Escolas de Primeiras Letras demonstrou uma tentativa da criação de um Sistema Nacional de Instrução Pública. Contudo, foi frustrada pelo Ato Adicional à Constituição do Império de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834), por meio do qual o governo central buscou se isentar de atender as escolas primárias e secundárias, passando o encargo para os governos provinciais.

Se a Lei das Escolas de Primeiras Letras tivesse viabilizado, de fato, a instalação de escolas elementares “em todas as cidades, vilas e lugares populosos”, como se propunha, teria dado origem a um sistema nacional de instrução pública. Entretanto, isso não aconteceu. Em 1834, por força da aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, o governo central desobrigou-se de cuidar das escolas primárias e secundárias transferindo essa incumbência para os governos provinciais. (SAVIANI, 2021, p. 129.)

Através do Ato, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que passaram a ter poder de prescrever e organizar setores da administração pública, entre eles a instrução primária e secundária. A partir de então, começaram a surgir os “liceus provinciais”, reunindo aulas avulsas, como o Ateneu, do Rio Grande do Norte, em 1835, e os liceus da Bahia e da Paraíba, em 1836. Cunha (1980, p. 126) complementa:

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Em 1837, foi criado, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, para ministrar ensino secundário. O colégio era administrado diretamente pelo poder central e o ensino nele ministrado era considerado adequado para que seus ex-alunos se matriculassem em qualquer curso superior do Império. Abriu-se, assim, uma via de acesso ao ensino superior.

O Colégio Pedro II representava uma instituição aristocrática que oferecia uma cultura básica à necessidade das elites dirigentes – cidadãos brancos, livres e proprietários de escravos e terras. Ainda, era a única instituição que realizava exames para ingresso nos cursos superiores.

Em 1854, o Decreto nº 1.331-A, aprovou um regulamento para reformar os ensinos primário e secundário do Município da Corte. No documento, discorre-se sobre a instrução pública primária (Título II), instrução pública secundária (Título III), do ensino particular primário e secundário (Título IV) e sobre a gestão dos estabelecimentos públicos e particulares (Título V).

Como o decreto traz duas divisões nas escolas públicas primárias – uma instrução elementar, com nomenclatura de escolas do primeiro grau, e outra instrução primária superior, como escolas de segundo grau –, entende-se que a instrução elementar compõe a alfabetização

A reforma, demonstrou-se o interesse no desenvolvimento do país, instituindo um plano de modernização, bem como trouxe à tona a discussão da formação dos professores, as condições, auxílios e obrigações. Ademais, reconheceu-se a importância do Estado no direcionamento da Instrução Pública, explicitando a construção de habilidades para formar o cidadão comprometido com o progresso da sociedade. Assim, serviu de base para a regulamentação da instrução pública nas muitas províncias, em especial no que diz respeito à adoção do princípio da obrigatoriedade do ensino primário gratuito a todos.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Neste mesmo período foi criada a Escola Dominical, que teve como fundadores Robert Reid Kalley, médico e pastor escocês, e sua esposa, Sarah Poulton Kalley. Eles ministraram a primeira aula em 19 de agosto de 1855, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, para quatro crianças e, posteriormente, a ideia se expandiu para outras regiões. Aqui, o objetivo também era a formação do aluno, além da prática moral e espiritual.

Enquanto o objetivo do método mútuo (ou Método Lancaster) era ensinar muitos alunos em pouco tempo, através de uma disciplina rígida e foco na memorização; o do modelo da Escola Dominical tinha um cunho de alfabetização para a leitura da bíblia, além de atender os alunos pobres que deveriam ser instruídos em seu contexto e seu nível econômico.

Já em 1879 os ensinos primário, secundário e superior do Município da Côrte foram novamente reformulados, através do Decreto nº 7.247. A chamada “Reforma Leôncio de Carvalho” manteve a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos, a assistência aos alunos pobres, a organização da escola primária em dois graus, e o serviço de inspeção.

Contudo, regulamentou a atuação das Escolas Normais, consolidando o currículo, a nomeação dos professores e a remuneração dos funcionários. Também, previu a criação de jardins de infância para crianças de três a sete anos, bibliotecas e museus escolares, o auxílio ao ensino particular, e a concordância de Escolas Normais particulares e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II, bem como a criação de escolas profissionais.

Esta reforma foi em direção ao método intuitivo (ou lições de coisas), que tinha como propósito resolver problemas da ineficácia do ensino face as exigências sociais diante da revolução industrial. Ainda, trouxe a elaboração de materiais didáticos como suporte físico do novo encaminhamento de ensino, vez que tinha como pressuposto que as lições eram práticas e reduzia o excesso da teoria e livros densos; era a educação dos sentidos. Esta instrução perdurou até a Primeira República.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Valdemarin (2004, p. 103) sintetiza:

Em meados do século XIX, o método intuitivo é entendido por seus propositores europeus e americanos como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, que é assim pontuada: forma alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição em detrimento da compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão.

Esse método intuitivo tem sua base nas percepções sensoriais (o olhar, o ouvir e o tocar), comparando e analisando. Os processos cognitivos são ativados e mobilizam os recursos mentais do aluno por meio da observação e da investigação. Por tanto, reconhecer que a cognição sensível era a via para a elaboração do conhecimento era valorizar as habilidades de raciocínio de forma abstrata.

Assim, a função do professor não era mais apenas o ensino do ler, escrever e contar – aptidões que antigamente eram trabalhadas –, mas, sim, a instrução da índole, do coração e do intelecto, levando o aluno a adquirir novos conteúdos. Contudo, era preciso treinar o professor para a utilização dos materiais pedagógicos para a sala de aula.

Diante disso, a divulgação do método intuitivo inspirou a propagação de cartilhas de alfabetização até livros didáticos. Os livros que anteriormente davam direção às crianças para memorização, tornam-se no momento específicos para os professores, como ferramentas na formação deles, direcionando toda a forma de ministrar uma aula eficaz.

Destaca-se que as primeiras cartilhas brasileiras foram datadas de 1827 e não traziam nenhum método descrito, mas era recomendado o livro de leitura, como a Constituição Brasileira e livros de

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

história do Brasil. Os professores confeccionavam o seu próprio livro para alfabetizar e utilizavam cartilhas; os materiais confeccionados receberam o nome de Cartas do ABC, por trazerem o alfabeto de várias formas, considerando a grafia.

A primeira Cartilha adotada no Brasil<sup>1</sup> foi o método de João de Deus que tinha como objetivo de ensinar a criança a ler da mesma forma que se ensina a falar. Ela era apresentada como um grande livro na sala de aula e as lições eram ministradas pelo professor em pequenos grupos de alunos.

Ademais, no final do Século XIX, as cartilhas tinham como metodologia a silabação e a soletração, sendo um instrumento eficaz para a alfabetização.

Com a sua difusão destas cartilhas e livros, houve, por consequência, o surgimento de editoras privadas, encarregadas tanto da divulgação dos manuais didáticos quanto de sua produção. Assim, conforme, Bittencourt (1993, p. 77): “As editoras, ao conquistarem o direito de fabricar e divulgar o livro didático, trataram de transformá-lo em uma mercadoria inserida na lógica capitalista”.

Cumprir mencionar que a “Reforma de Leôncio” foi o último dispositivo legal elaborado pela Política Educacional do Império, visto que em 1886 foi encerrado o ciclo de propostas da reformulação de ensino do Império, com o Projeto Barão de Mamoré. Adiante, com a Proclamação da República, em 1889, a instrução popular estava sob responsabilidade das antigas províncias.

Já em 1890, Manoel Deodoro da Fonseca (Chefe do Governo Provisório da República) e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos), assinaram o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, através do Decreto nº 981, também conhecido como “Reforma

---

<sup>1</sup> Mortatti (2006) sintetizou o histórico das cartilhas em quatro momentos: a metodização do ensino da leitura (1876), a institucionalização do método analítico (1890), a alfabetização sob medida (1920) e o construtivismo e desmetodização da alfabetização (1980).

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Benjamin Constant”. Além disso, assinaram o Decreto nº 982, regulamentando a Escola Normal da Capital Federal, dividindo esse nível de ensino em “Curso de Ciências e Letras” e “Curso de Artes”, determinando essa Escola como única via de entrada para a carreira no magistério primário, e incorporando a Escola Normal à uma Escola de Aplicação.

A Reforma Benjamin Constant compreendeu as instruções primária (de 7 a 13 anos) e secundária (de 13 a 15 anos), no Distrito Federal e a Instrução Superior, Artística e Técnica em todo o território nacional. Tinha como preocupação o aumento do nível do ensino primário, bem como a preparação dos professores. Também, pretendia-se uma escola graduada cujas referências eram os grupos escolares, que compreendiam uma modalidade em que a metodologia era inovadora e moderna para o ensino primário, visando unir em um único prédio todas as escolas de uma determinada localidade, ao contrário do método de primeiras letras.

No Estado de São Paulo, a instrução pública foi reformada em 1892, através da Lei nº 88, de 8 de setembro, e regulamentada pelo Decreto nº 144B, de 30 de dezembro. Assim, foram os instituídos grupos escolares, em que cada escola tinha um diretor e a quantidade necessária de professores; eram regidos por séries anuais, em que os alunos passavam sucessivamente da primeira para a segunda série, e desta para a terceira, até a sua conclusão no quarto ano. Saviani (2021, p. 172) explica:

Cada grupo escolar tinha um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais. Portanto, as escolas isoladas eram não seriadas, ao passo que os grupos escolares eram seriados. Por isso esses grupos eram também chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento dos alunos se dava de acordo com o grau ou série em que se situavam o que implicava uma progressividade da aprendizagem, isto é,

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

os alunos passavam, gradativamente, da primeira à segunda série e desta à terceira até concluir a última série (o quarto ano no caso da instrução pública paulista) com o que concluíam o ensino primário.

A concepção pedagógica era desenvolvida pelo professor em conjunto com os alunos, incorporando, assim, os princípios da Escola Nova, que se consolidariam posteriormente. Porém, o contexto educacional revelou a dualidade do sistema de ensino: embora transformasse o sistema, mantinha a essência da educação, o que favorecia a educação das elites em detrimento da educação do povo.

Anos mais tarde, por meio da Reforma de Sampaio Dória em 1920 (Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920), deu-se início ao ciclo de reformas estaduais com o objetivo de erradicar o analfabetismo e promover diversas mudanças na instrução pública, incluindo a expansão da rede de escolas em São Paulo. A concepção central era a “cultura dos sentidos”, em que os alunos aprenderiam por suas próprias experiências, observando e explorando a natureza, enquanto o papel da escola consistiria em estimular o desenvolvimento desses sentidos. Esse método visava não apenas o ensino na leitura, mas, também, a criação do hábito de investigação e aprendizado por parte dos alunos.

Conforme Saviani (2021, p. 177): “Após essa reforma, abre-se um novo ciclo marcado pela introdução mais sistemática das ideias renovadoras”. É nesse quadro que a concepção humanista moderna de filosofia da educação emerge no Brasil, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, cujo objetivo era a oportunizar a educação para o povo.

Ao estudar a história de um povo em relação à educação, fica evidente que a alfabetização desempenha um papel crucial. Ela é fundamental para impulsionar mudanças significativas no país,

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

pois está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade e ao contexto histórico. Sem cidadãos alfabetizados, o progresso é limitado. Mortatti (2008, p. 94) se posiciona:

A história da alfabetização no Brasil se caracteriza, portanto, como um movimento complexo, marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, no âmbito de disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização.

A educação ganhou destaque desde o final do Século XIX, quando a escola se consolidou como uma instituição dedicada à formação das novas gerações. Por consequência, surgiu a necessidade de desenvolver livros didáticos que não se limitassem à bíblia, uma vez que muitos ensinamentos não estavam contidos nela:

O livro escolar foi concebido pelo poder instituído como um poderoso instrumento para fixar e assegurar uma determinada postura educacional, veículo privilegiado para inculcar normas e ortodoxias. O livro didático proposto a partir da instalação de instituições escolares públicas deveria se encarregar de uniformizar o saber escolar, de construir uma forma de pensar a ciência e de reforçar a disseminação de crenças religiosas oficiais. (BITTENCOURT, 1993, p. 77)

Destaca-se que no ensino mútuo, surgiu a cartilha que trazia o alfabeto, as palavras-chave e as sílabas, cujo objetivo era ensinar o aluno a ler e a escrever:

Acompanhando o movimento histórico das tematizações, normatizações e concretizações sobre a questão dos métodos, as primeiras cartilhas brasileiras, produzidas sobretudo por professores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseavam-

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

se nos métodos de marcha sintética (processos de soletração e silabação) Dever-se-ia, assim, iniciar o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes, de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente reunidas as letras em sílabas e conhecendo-se as famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com essas sílabas e letras e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. (MORTATTI, 2019, p. 76-77)

Porém, a função do professor neste método era de mero reprodutor, transmitindo o conhecimento e informações sem perspectiva crítica do ensino; a repetição e a memorização eram praticadas constantemente. A cartilha era quem ensinava, e o professor é quem aplicava o método.

A história das cartilhas de alfabetização revela a presença contínua da instituição escolar, que permaneceu fortemente ligada a esses materiais didáticos e à autoridade do professor. Mas, como resultado, a alfabetização não alcançou sua plena consolidação., vez que a dependência das cartilhas como principal recurso didático não promoveu o enriquecimento do conhecimento dos alunos, nem estimulou o desenvolvimento da criatividade.

Conforme Santos (2013, p. 145): “A primeira medida governamental no sentido de legislar e controlar o livro didático foi instituída no governo de Gustavo Capanema pelo Decreto-lei nº 1.006 de 30/12/1938 que define o que deve ser entendido por livro didático.” Embora a tardia regulamentação, esse instrumento já era utilizado na educação desde o final do Século XIX, embora não fosse de fácil acesso para todos:

A elaboração do livro didático neste período trouxe outra questão, a continuidade de um sistema que atende a elite, desde o século XIX até hoje, o livro didático foi um produto caro de produzir e difícil de distribuir, no ensino público, muitos alunos não tinham dinheiro para comprá-los. (BITTENCOURT, 1993, p. 89)

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

De todo modo, a função do livro didático é auxiliar o aluno no processo ensino-aprendizagem, visando a apropriação do conhecimento elaborado e sistematizado. Ademais, expressa um pensamento da época, que manifesta uma teoria e uma tendência metodológica. No início do processo de alfabetização, por exemplo, o livro didático é o suporte aos diversos tipos de textos, cabendo ao professor organizar as sequências didáticas que aproximem o aluno da real função social da escrita, implementar o ciclo de alfabetização, e exigindo a reflexão do livro.

Dito isso, discorrer sobre o histórico da alfabetização no Brasil envolve a análise do desenvolvimento desse processo, destacando o perfil dos profissionais envolvidos, sua importância e os métodos empregados. Cada período da história brasileira apresenta diferentes abordagens e grupos com suas perspectivas sobre como resolver o problema do analfabetismo.

No século XVIII, por exemplo, as discussões sobre educação já indicavam a necessidade de uma escola laica e estatal, visando romper com a influência religiosa no ensino. Nesse período, não existia um sistema educacional organizado, uma vez que os jesuítas detinham o controle da educação, e os professores eram geralmente ligados a ordens religiosas. Foi somente com a criação da escola das primeiras letras, pelo Método Lancaster, que a figura do professor se tornou mais visível, embora ainda estivesse mais vinculada à missão sacerdotal ou missionária, envolvendo a transmissão de valores morais.

Quanto a formação dos professores, sua necessidade só foi evidenciada com o ensino mútuo, ao final do século XIX, conforme rememora Gatti (2010, p. 1.356):

Fazendo uma pequena digressão histórica sobre a formação de professores no Brasil, lembramos que a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos foi proposta no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Estas correspondiam à época ao nível secundário e, posteriormente, ao ensino médio, a partir de meados do século XX.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

No período entre 1827 e 1890, durante a vigência do regulamento da Lei de Escolas de Primeiras Letras, foram realizadas tentativas intermitentes de formação de professores, com a ênfase no método do ensino mútuo. Esse método continuou em uso até 1890, quando o modelo das Escolas Normais passou a predominar (1890-1932). A partir de então, o objetivo era preparar professores para o ensino nas escolas primárias, em que pese a formação fosse peculiar: os professores tinham que dominar os conteúdos a serem transmitidos aos alunos, mas não enfatizavam a preparação didática.

Diante disso, a história da educação brasileira revela uma constante precariedade, mesmo com propostas de mudanças, que muitas vezes eram incompletas e ofereciam soluções temporárias. As diretrizes contidas nas diversas leis ao longo dos séculos relacionadas à formação de professores frequentemente não foram efetivamente implementadas.

## 1.2 A Educação entre 1930 e 1970

Entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais significativas que tiveram um impacto profundo na criação do sistema nacional de educação pública. O país estava em um período de transição, marcado pelas transformações resultantes da transição do modelo econômico agroexportador para o modelo econômico industrial-urbano, influenciando de maneira notável o sistema educacional. Isso também teve implicações políticas relevantes nesse contexto.

No contexto histórico, a década de 1930 foi marcada por um movimento político-social: a Revolução que resultou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder e no fim da República Velha.

Já no âmbito da educação, ocorreram mudanças significativas com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, liderado por Francisco Campos. A “Reforma Francisco Campos”

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

estabeleceu um Sistema Nacional de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, reorganizando o ensino secundário em duas etapas: um ensino fundamental, obrigatório para o ingresso no ensino superior e com duração de cinco anos; e um ensino complementar, em escolas específicas e duração de dois anos. Além disso, o ensino superior foi reestruturado, criando universidades cujos objetivos eram:

[...] à pesquisa científica e à cultura desinteressada; b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores; c) à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; d) à vulgarização ou popularização científica literária e artística, por todos os meios de extensão universitária (RIBEIRO, 1986, p. 102)

No entanto, é importante ressaltar diversas áreas do ensino profissional, inclusive o Curso Normal, que formava professores para atuar no ensino primário, ficaram de fora da reforma. Diante disso, em 1932 surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação nova, reivindicando a criação de universidades e exigindo que a formação dos professores fosse efetivada em cursos universitários.

Este movimento que foi conhecido como Escola Nova foi aderido por setores liberais, progressistas. A Escola Nova tinha como objetivo uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos quinze anos de idade.

Em 1934, foi promulgada a Constituição Brasileira, que fixou a educação gratuita e obrigatória, consagrando o direito à educação, que deveria ser administrada tanto pela família, quanto pelo Poder Público:

Em 1934 é promulgada nova Constituição e Getúlio Vargas é eleito Presidente da República. Os constitucionalistas estão enfraquecidos e os tenentes já não têm tanta força. A dupla face de Getúlio materializa-se no hibridismo dessa constituição, que atende tanto

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

os interesses dos constitucionalistas liberais (eleições livres, Tribunal Eleitoral) como o dos tenentes (dirigismo econômico, justiça do trabalho, previdência social, salário-mínimo) (CUNHA, 1979, p. 15)

Entretanto, a Constituição de 1934 representou um pacto de interesses nos conflitos políticos ideológicos da época.

Com a instituição da ditadura de Vargas (1937-1945) uma nova Constituição foi aderida no Brasil. A partir disso, foram estabelecidas as Leis Orgânicas de Ensino: a “Reforma Capanema (1942-1946) estabeleceu o ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Além disso, incluiu alguns pedidos contidos no Manifesto de 1932, como a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, o planejamento educacional, recursos para o ensino primário, formação e normas para o preenchimento de cargos do magistério e na administração, remuneração e referência à carreira.

Destaca-se que durante a Era Vargas foram criados vários órgãos e entidades da sociedade civil, política e áreas da educação, como a União Nacional de Estudantes (UNE), fundada em 1937 com o objetivo de combater a ditadura.

Com o final da ditadura de Vargas, o Brasil editou sua quarta Constituição republicana em 1946, consolidando os direitos e garantias individuais e assegurando a liberdade de pensamento, reafirmando o direito de todos à educação, bem como a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário. Porém, essas normas não garantiram a universalização para todas as crianças.

A Constituição de 1946 resultou na elaboração de uma lei específica para a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, no entanto, foi aprovada somente em 1961.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Essa lei incluiu princípios importantes, como o direito à educação, a obrigatoriedade escolar e a extensão da escolaridade obrigatória.

Ademais, durante os mandatos de Vargas (1930-1945 e 1951-1954), o país passou por mudanças significativas em diversos aspectos, como economia, política e sociedade. Entre as principais ações de seu governo se destacam: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a implementação de leis trabalhistas que estabeleceram limitações na jornada de trabalho, férias remuneradas e o pagamento do 13º salário. Além disso, foram criadas instituições importantes, como a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Instituto Nacional do Livro.

Após a morte de Vargas, João Fernandes Campos Café Filho assumiu a presidência do país, permanecendo no cargo até novembro de 1955. Após o término de seu governo, ocorreu uma eleição presidencial marcada por um clima tenso, na qual Juscelino Kubitschek foi eleito e assumiu o governo em 31 de janeiro de 1956, permanecendo até 1960.

Esse governo foi caracterizado por uma política de desenvolvimento econômico voltada para a industrialização do país. Ele foi responsável pela construção da nova capital, Brasília, e apresentou ao Congresso a proposta de criação da Universidade de Brasília, com o intuito de incentivar a formação de cursos superiores na área de administração. Além disso, Kubitschek implementou um programa conhecido como “Plano de Metas”, que visava melhorar as infraestruturas do país em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

Nas eleições de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito, tomando posse em 31 de janeiro de 1961 e permanecendo no cargo até 25 de agosto daquele ano, quando renunciou. Seu mandato foi marcado por medidas de moralização de costumes. João Goulart assumiu o governo em 7 de setembro de 1961, com um mandato voltado para a renovação da Constituição, através de reformas

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

de base nos setores educacional, fiscal, político e agrário (reforma agrária), tributária, eleitoral (com voto para analfabetos) e universitária.

Em janeiro de 1964, o Presidente “Jango” instituiu o Programa Nacional de Alfabetização por meio do Decreto nº 53.465, orientado pela proposta de Paulo Freire:

O Sistema Paulo Freire foi desenvolvido no início dos anos 1960 no Nordeste e consistia em alfabetizar os educandos através de um método baseado nas experiências cotidianas. O método era tido como perigoso pelo novo governo, pois ao suplantar os métodos tradicionais de alfabetização, Paulo Freire oportunizava a conscientização política da população, o que de fato era seu objetivo e, que evidentemente para os conservadores não era interessante, pois significa a emergência de uma população pensante, que questiona e reivindica direitos. (CARNIEL, 2018, p. 32)

Contudo, o governo de Goulart foi interrompido em 31 de março de 1964 com o golpe militar; era o início da intervenção militar na gestão política da sociedade brasileira. Esse foi um período de repressão dos direitos civis e políticos da população e de concentração de poder nos militares. Na época, foram impostos dezenove atos institucionais, sendo o mais conhecido o AI-5, que dava absolutos poderes ao Executivo para suspender os direitos políticos dos cidadãos por dez anos, abolir mandatos políticos, bloquear garantias constitucionais, desonerar, reformar ou transferir os servidores públicos.

No que diz respeito à educação, foi uma relação de conflitos: por resistirem ao regime, a UNE foi considerada ilegal e o corpo docente das universidades foi perseguido:

Logo, após o Golpe de 1964 e a deposição de João Goulart, iniciou-se um período de repressão, censura e uma busca pela eliminação de qualquer suspeita de oposição ao novo

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

regime. As entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos foram fechados e como a UNE se ‘opôs ao golpe, esta se tornou o primeiro alvo do governo golpista. A sede da UNE foi invadida na madrugada do dia 1º de abril, quando os militares do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) saquearam, incendiaram e metralharam o edifício localizado na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, destruindo todos os documentos do Centro Popular de Cultura e o Teatro do CPC que havia acabado de ser fundado. Com isso, uma grande parte da diretoria da UNE pediu asilo político na Embaixada da Bolívia, como José Serra e Marcelo Cerqueira. Mesmo com a repressão, a entidade passou a agir na clandestinidade, mantendo oposição ao regime ditatorial. (FREITAS, 2020, p.18)

A repressão ocorreu, também, nas disciplinas da área de humanas, enquanto as demais, como engenharia e química, foram incentivadas devido à sua aplicabilidade no setor industrial. Ademais, houve a doutrinação nos currículos escolares do ensino público.

Em 1969, as disciplinas de Sociologia e Filosofia foram retiradas e em seu lugar foram incluídas três disciplinas: Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), validadas para todos os níveis e escolas, do fundamental a universidade. Essas ações reforçavam a ideologia política, enaltecendo o civismo e o nacionalismo.

Neste período ocorreu, ainda, a reorganização do ensino através da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), a implantação da pós-graduação, e a inserção do curso de pedagogia nas habilitações dos profissionais.

O marco iniciador dessa nova fase é o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, mesma data em que foi aprovado o Parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Igualmente, em 1969 foi aprovado o Parecer CFE n. 252/69, que introduziu as habilitações profissionais no

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

currículo do curso de Pedagogia. Deve-se observar que, por meio do Fórum “A educação que nos convém”, a entidade empresarial decidiu atuar como um grupo de pressão junto ao Estado, receando que a resposta do governo à crise do ensino superior não correspondesse às suas expectativas. (SAVIANI, 2008, p. 297)

As reformas na educação realizadas naquela época visavam atender às demandas econômicas da sociedade urbano-industrial, que estava passando por um processo de modernização científica e tecnológica. Nesse contexto, a educação adotou uma abordagem mais tecnicista, buscando a eficiência no ensino para preparar os alunos para o mercado de trabalho. O papel do professor era garantir essa eficiência no ensino, preparando os alunos para se inserirem no mercado de trabalho.

Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL) por meio da Lei nº 5.379. Inicialmente, ele estava vinculado ao Ministério da Educação e tinha como objetivo combater o analfabetismo no país. Posteriormente, a partir de 1970, passou a ser vinculado ao Ministério do Planejamento, tornando-se o maior movimento de educação de massa do Brasil.

O MOBRAL tinha o intuito de financiar e orientar tecnicamente programa de alfabetização funcional e de educação continuada para jovens e adultos na faixa etária de 15 a 35 anos; no entanto a partir de 1970 mediante sua desvinculação do Ministério da Educação para o Ministério do Planejamento que este se tornou o maior movimento de educação de massa. Diante disso, ocorreram mudanças na estrutura interna do projeto, inclusive no setor administrativo e pedagógico, já que sua proposta de educação estava condicionada aos interesses vigentes da época. Assim, suas atividades passaram a ter um planejamento racional, no qual levou-se em conta os propósitos do governo militar que disseminava a ideia de que o país precisava se desenvolver economicamente e por isso, o MOBRAL deveria reproduzir uma política educacional de cunho econômico. (COELHO, 2021, p. 398)

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Ademais, segundo Coelho (2021, p. 402): “O MOBRAL, embora tenha adotado em seu programa uma vertente tecnicista, pregou o discurso de que a educação não se limitava à transmissão de conhecimento, mas através da participação ativa de todos”. Ou seja, oportunizava uma educação que no cotidiano utilizasse as técnicas e habilitasse o aluno a aprender a ler, escrever e contar, instrumentalizando-o para o mercado de trabalho.

Já a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, promulgada pela Lei nº 5.692/71, teve como objetivo atender à necessidade de qualificação da mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Assim, o período de 1970 foi marcado por uma formação de mão-de-obra devido à falta de profissionais qualificados para tal, pautando o ensino na potencialização da economia do país, por isso a formação para o trabalho.

## 1.3 Alfabetização e Letramento

Discorrer sobre a alfabetização no Brasil é revisitar o cenário educacional. Desde o final do século XIX, quando se aborda a escrita e a leitura, a questão da alfabetização se torna central e levanta um questionamento: qual é o método mais adequado para superar as dificuldades dos alunos no aprendizado da leitura e escrita?

Devem-se ser destacados, ainda, dois aspectos relativos aos métodos de alfabetização utilizados no Brasil: a distinção entre esses dois tipos básicos de métodos e suas

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

correspondentes denominações se tornou necessária, quando, ao final do século XIX, os métodos então rotineiros, os de marcha sintética, passaram a ser questionados, a partir da introdução de outro método, o de marcha analítica. E, como se trata de métodos para ensino inicial da leitura e da escrita, considerando também o caráter intencional, planejado, ordenado e sistemático desse processo, o instrumento, por excelência, para sua concretização foram e continuam sendo as cartilhas de alfabetização: um tipo de livro didático destinado ao ensino inicial da leitura e da escrita, no qual se apresenta a sequência didática ideal e pré-determinada (normalmente “do simples ao complexo”) para o ensino dos correspondentes conteúdos de ensino. (MORTATTI, 2019, p. 51)

Nesse contexto, a preocupação com o ensino da leitura e da escrita passa a ser encarada como um processo planejado, sistemático e intencional. A escola assume um papel político e social significativo ao atender a população que enfrenta o analfabetismo. Consequentemente, ao longo das décadas, várias abordagens para o ensino da leitura e da escrita foram consideradas, cada uma delas contribuindo para a busca de soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Abaixo, há uma descrição dessas abordagens:

## a) Método Tradicional ou Sintético;

As primeiras cartilhas brasileiras, elaboradas em meados do século XIX, especialmente por professores que se basearam em suas experiências educativas, eram fundamentadas nos métodos sintéticos, que começavam com a soletração, o som e a silabação.

Esses métodos sintéticos ainda estão presentes na prática pedagógica das salas de aula: eles começam com o reconhecimento das letras do alfabeto, passam para as combinações silábicas (consoante + vogal) e avançam para a formação de palavras.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

## b) Método Analítico;

Aqui, o ensino da escrita e da leitura se inicia pelo “todo”, seguindo para o estudo de suas partes. No entanto, o modo de pensar esse “todo” foi se modificando dependendo de como seus apoiadores acreditavam que era o “todo”; ou seja, a palavra, a sentença ou a historinha.

Segundo Morais (2012, p. 29); “Os grupos dos métodos analíticos: palavração, sentencição e o método global (contos ou historietas), todos eles irão levar o aluno ao final, trabalhar com as unidades menores (sílabas, letras, fonemas)”. Ambos os métodos continuam perpassando evidenciando uma prática tradicional mesmo com uma perspectiva diferente em relação a alfabetização nas escolas.

## c) Método Misto ou Eclético:

Esse método foi tido como o mais eficiente, pois compreendia a junção intencional e elaborada dos métodos sintéticos e analíticos. Isto é, inicia com as menores unidades, para sílabas em direção às palavras, enquanto o analítico começa das unidades maiores, do texto para as palavras. Contudo, permanece a preocupação em memorização, desconsiderando o trabalho com as palavras.

Devido à inquietação com as demandas políticas, sociais e culturais no que diz respeito a dificuldade da alfabetização no Brasil, surgem três modelos para explicar o processo ensino aprendizagem, são eles: construtivismo, interacionismo linguístico e letramento.

## d) Construtivismo;

Essa abordagem foi inspirada nos estudos de Jean Piaget, um biólogo e psicólogo suíço, que investigou como ocorre a aquisição de conhecimento pelos indivíduos. No Brasil, essa proposta

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

foi introduzida por Emília Ferreiro, escritora, psicóloga e pesquisadora, em 1980, através da psicolinguística, que revelou os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e escrever.

O construtivismo se concentra no aprendizado construído, ou seja, o conhecimento emerge da interação entre o sujeito e o ambiente. Essa interação visa estimular e facilitar a descoberta do aluno, com o professor atuando como guia para criar as condições necessárias para esse processo. O papel do professor é promover discussões entre os alunos, incentivando a aprendizagem contextualizada e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

De acordo com Mortatti (2006, p. 11): “a institucionalização, em nível nacional, do construtivismo em alfabetização, se efetivou nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no ano de 1997”, almejando que com este modelo o analfabetismo fosse erradicado.

## e) Interacionismo Linguístico;

Essa teoria tem como base a relação entre pensamento e linguagem, sendo precursora Lev Semionovitch Vigotski. Ela postula que o desenvolvimento intelectual da criança ocorre por meio das interações sociais. Nesse contexto, o processo de alfabetização concentra-se na leitura e escrita, concebidos como atividades discursivas. Essas interações se concretizam na escola, principalmente na relação entre professor e aluno.

## f) Letramento;

Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais de leitura e escrita, o que implica que a alfabetização é um processo contínuo e sem fim. Essa preocupação com o letramento surgiu no Brasil em 1980.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Soares (2004, p. 06) ainda dispõe que: “É em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do *illettrisme*, na França, da literacia, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquela denominada alfabetização, *alphabétisation*”.

A partir desse período, observa-se o surgimento de um novo método que busca uma alfabetização mais significativa, reconhecendo que o aluno aprende não apenas por meio de regras, mas também por meio da inserção na sociedade letrada e nas práticas de seu tempo. Nesse contexto, o papel do professor se tornou fundamental, pois é ele quem proporciona conhecimentos que desenvolvam o letramento em seus alunos, promovendo práticas que estimulem a criatividade e o pensamento crítico, resultando em uma aprendizagem relevante e conectada à vida cotidiana do aluno e à sociedade em geral.

A década de 1980 marcou um recomeço na educação, especialmente no que diz respeito à consideração da importância de uma educação voltada para as camadas populares.

Neste período também, foi promulgada a Constituição de 1988, consolidando-se o fim da ditadura, possibilitando a reorganização do movimento social, a luta por direitos básicos, buscando a direção de uma sociedade mais igualitária em todos os níveis, reconhecendo a participação social como elemento principal na organização das políticas públicas.

A escola tem um papel importante neste momento, sua responsabilidade é salvaguardar a aprendizagem, ou seja, se o aluno tem o direito a aprender, as escolas e os profissionais da educação têm a incumbência de ensinar.

## 1.4 LEI Nº 11.274/2006

Com o intuito de criar um ambiente de aprendizagem mais propício e aumentar a frequência escolar, o governo promulgou a Lei 11.274/2006, que estende o período de ensino fundamental para crianças até nove anos de idade, tornando obrigatória a matrícula a partir dos seis anos.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Assim, visa proporcionar condições mais adequadas para a continuidade dos estudos nas escolas, buscando reduzir a evasão e o insucesso na aquisição da leitura e escrita. Ela reconhece que a mera compreensão do código escrito não assegura a plena alfabetização do aluno. A implementação dessa lei implica em integrar o processo de alfabetização com as práticas cotidianas do trabalho pedagógico em sala de aula, dando origem ao conceito de “alfabetização letrada”.

Esse alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita, é sem dúvida, o caminho para a superação dos problemas que vimos enfrentando nessa etapa de escolarização. (SOARES, 2021, p. 68)

Nesse contexto, a lei em questão busca estabelecer uma política pública que assume o compromisso de rever perspectivas relacionadas à diversidade da infância, bem como aprimorar a formação dos professores no contexto da alfabetização.

Diante do exposto, o processo de ensino-aprendizagem tem sido uma preocupação constante para aqueles que lidam com crianças na construção e aquisição do conhecimento, especialmente no que se refere à alfabetização. Muitas discussões e escritos abordam esse tema, e ainda existem questões que continuam sendo levantadas, analisadas e debatidas. Essas questões estão relacionadas à maneira como as crianças adquirem conhecimento, quais fatores interferem nesse processo e quais intervenções os profissionais da educação devem realizar.

## Considerações Finais

Ademais, ao investigar diferentes abordagens e teorias pedagógicas que atravessam diferentes épocas, o professor pode avaliar e aprimorar suas próprias concepções pedagógicas.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

O conhecimento da história da educação brasileira amplia o repertório do educador, permitindo que ele escolha estratégias de ensino mais eficazes para atender às necessidades de seus alunos.

A compreensão histórica da profissão docente também contribui para a construção de uma identidade profissional sólida. Os professores passam a reconhecer sua função como agentes de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa por meio da educação. Assim, ao estudar a história da educação, os professores se capacitam e se tornam profissionais mais preparados e críticos, comprometidos com sua prática docente. Eles reconhecem a importância da alfabetização como um dos alicerces da educação básica, garantindo que os alunos adquiram habilidades fundamentais de leitura e escrita.

Com a pesquisa, restou claro, também, que a alfabetização não se limita apenas à decodificação das letras; envolve a compreensão leitora e a aplicação prática da leitura e escrita no contexto das práticas sociais. Nesse sentido, a intervenção de um professor qualificado desempenha um papel crucial no desenvolvimento dessas habilidades.

Portanto, a alfabetização é um desafio significativo para o Brasil, pois está intrinsecamente ligada ao progresso da nação. A garantia desse direito, conforme estabelecido na meta 5 do Plano Nacional de Educação de 2014, requer uma abordagem eficaz e abrangente que leve em consideração o contexto e as práticas sociais dos alunos.

O combate ao analfabetismo é um desafio persistente no Brasil, apesar dos esforços empreendidos ao longo dos anos. Os Planos Nacionais de Educação de 2001 a 2010 e, posteriormente, de 2014 a 2024, estabelecem metas para a erradicação do analfabetismo e a alfabetização de todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental. No entanto, o analfabetismo ainda persiste em muitas partes do país.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

Isso porque a eficácia das políticas públicas de educação está diretamente relacionada ao papel dos professores, que desempenham um papel fundamental no processo de alfabetização. Portanto, é crucial que as políticas públicas invistam na formação dos professores. Isso inclui garantir salários dignos, oferecer formação inicial e continuada de qualidade e reconhecer a experiência e o conhecimento que cada professor traz consigo.

Além disso, tanto o PNE de 2001, quanto o de 2014, destacam a importância da formação continuada dos professores e atribuem responsabilidades às esferas federal, estadual e municipal. É essencial que essas políticas sejam efetivamente implementadas, independentemente do governo em exercício, a fim de cumprir a lei de fato e não apenas no papel.

## Referências

- ALMEIDA, Vasni de. (org.) História da Educação e métodos de aprendizagem em ensino de História. Palmas: EDUFT, 2018.
- AZEVEDO, Fernando de; PEIXOTO, Afranio; DORIA, A. de Sampaio. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil – do povo e ao governo. Disponível em: <[https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto\\_1932.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf)>.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História). 383f. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- BORGES, Dalete de Souza Salles; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. A educação jesuítica e o método de ensino Ratio Studiorum. In: IV Congresso da Educação do CPAN e III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação: interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores. Universidade Federal de Minas Gerais. Anais.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

v. 3, p. 1-13, Campo Grande, 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Côrte. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm)>.

BRASIL. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim16.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm)>.

COELHO, Leni Rodrigues. Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): as balizas curriculares, pedagógicas e técnica. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação. v. 7, n. 1, p. 397-417, São Paulo, jan 2021.

COSTA, Regis Clemente da; SUBTIL, Maria José Dozza. A ditadura militar no Brasil e a proibição do ensino de filosofia: entre o tecnicismo e a subversão política. Imagens da Educação. v. 6, n. 2, p. 29-41, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA, Antônio Gomes Alves; VECHIA, Ariclê. Um olhar sobre instituições de ensino secundário no Século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II. Cadernos de História da Educação. n. 3, 2004.

FONSECA, Tânia Nívia de Lima e. A exteriorização da escola e a formação do cidadão no Brasil (1920-1960). Educação em Revista. v. 41, p. 43-57, Belo Horizonte, 2005.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Vanessa Rocha de. O movimento estudantil como forma de resistência à ditadura civil-militar (1964-1968). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). 25f. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020.
- IMPERIAL Colégio de Pedro II. MAPA. 11 nov. 2016. Atualizado em 26 ago. 2020. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii>>.
- MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa. a. 3, n. 5, São Paulo, 2008.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação. v. 15 n. 44, p. 329-341, mai./ago., 2010.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: Seminário Alfabetização e letramento em debate. Anais. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, 2006.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa. São Paulo: UNESP, 2019.

# A Evolução da Alfabetização no Brasil: Desafios e Transformações ao Longo da História

---

- REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade: descobrindo o Brasil. Gênese da ditadura. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- RUIVO, Isabel Maria Silva. Um novo olhar sobre o método de leitura João de Deus: apresentação de um suporte interactivo de leitura. Tese (Doutorado em Educação). 456f. Universidade de Málaga. Málaga, Espanha, 2009.
- SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. Economia e Sociedade. v. 22, n. 3, p. 855-860, Campinas, dez. 2013.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 26, ed. Campinas: Autores Associados, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. 6 ed. rev e ampl. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2021.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cadernos CADES. v. 28, n. 76, p. 291-312, Campinas, set./dez. 2008.
- SOARES, Magda. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.